



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EVERAUDO LACERDA LOPES FILHO

PROBLEMAS E SOLUÇÕES: INDÍGENAS NA PROVÍNCIA DE GOIÁS E A
CONSTRUÇÃO DO BRASIL INDEPENDENTE.

BRASÍLIA

2023

EVERAUDO LACERDA LOPES FILHO

**PROBLEMAS E SOLUÇÕES: INDÍGENAS NA PROVÍNCIA DE GOIÁS E A
CONSTRUÇÃO DO BRASIL INDEPENDENTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de licenciatura em História.

Orientadora: : Prof. Dra. Neuma Brilhante Rodrigues

BRASÍLIA

2023

TERMO DE APROVAÇÃO

EVERAUDO LACERDA LOPES FILHO

PROBLEMAS E SOLUÇÕES: INDÍGENAS NA PROVÍNCIA DE GOIÁS E A
CONSTRUÇÃO DO BRASIL INDEPENDENTE.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra Neuma Brilhante Rodrigues - HIS/UNB
(Orientadora)

Prof. Dr. José Inaldo Chaves - HIS/UNB
(Membro)

Profa. Dra. Luciana Mendes Gandelman - HIS/UNB
(Membro)

Prof. Dr. Marcelo Balaban - HIS/UNB
(Suplente)

AGRADECIMENTOS

Entrar na Universidade de Brasília foi um sonho realizado, lembro-me de quando estava escolhendo o que cursar no ensino médio e fui muito desmotivado por algumas pessoas por escolher um curso de Licenciatura. Não me arrependo da escolha que fiz, porque durante esses quatro anos pude experimentar com todo meu coração as oportunidades e experiências que a Universidade pode dar. Fiz parte de projetos de extensão, empresa júnior, estágio, iniciação científica e fiz amizades para a vida toda.

Se hoje meu sonho foi possível, foi graças a três mulheres da minha vida, a qual tento colher um pouquinho de cada uma das qualidades e vivências delas. Minha vó Neni, que trabalhou incansavelmente na banca de revista, ficava sem dormir para fazer bolo e dizia que a educação era a única herança que ela ia deixar pra gente. Minha mãe Maria Lúcia, que não pode estudar durante sua infância e trabalha de segunda a sábado e que acredita muito no potencial de seus filhos. Minha mãe do coração, Graça Pacheco, que me acolheu na sua família e me inspira muito a ver as desigualdades no nosso país, me dá esperança e que me ensina que o presente é de luta.

Agradeço aos meus professores da educação básica, verdadeiros patriotas do Brasil, Celestina Viana, Cristina, Carlos Bainy, Lorena, Kelis, Jean, Rodolpho, Margareth. Meus professores de inglês Sanandra e Thais. Espero um dia poder ter as habilidades e amor que vocês têm em suas aulas.

Cursar história é difícil! Há textos que você lê e começa a se questionar se realmente tem a capacidade de ler e interpretar o que está sendo lido. Por isso, sou grato aos meus professores que em suas aulas me ajudaram muito nessa caminhada. Nunca esquecerei dos professores das universidades de Brasília que me ajudaram a crescer como estudante, historiador e pesquisador. Aos meus professores Luísa Molina, Edleuza Fernandes, Ana Abreu, Renata, Mateus Gamba, Anderson Oliva, Estavam Thompson, Leandro Rust, Luciana Mendes e Susane Rodrigues. Agradeço especialmente minha

orientadora Neuma Brilhante que teve a maior paciência comigo e acolheu minhas ideias confusas.

Acredito fielmente que família não tem nada a ver com sangue, é mais sobre aceitação, compreensão e estar presente. Sou muito grato por ter um grupo seletivo na minha vida de pessoas que estão comigo nos piores e melhores momentos, meus amigos. Agradeço aos meus amigos que tenho tido ao longo da vida e que amadurecemos juntos. Sophia Pacheco, Leila Caetano, Larissa Cristina, Matheus Rodrigues, Tais Rodrigues, Ana Julia Nogueira, Roberta Simony, Fabiana Moraes, Anna Lamounier, Anderson Xavier, Maria Eduarda, Celine Batista, Ana Julia Barbosa, Maria Claria Lima, Jeff Cardoso, Nathalia Mourao, Carlos Vicente, Raphaela, Pamela Rosa e Camila Oliveira. Gostaria de agradecer meus irmãos, Davi Dantas e Anne Jessica que também fazem parte dessa caminhada. Sou grato especialmente às minhas companheiras de curso Euzamar Jobane, Juliane Sanches e Linka Faria, passamos muitos perrengues em trabalhos, escrevendo artigos, mas foi tudo mais fácil porque eu tinha vocês ao meu lado.

Não poderia deixar de mencionar que sou fruto da escola pública, políticas afirmativas de ingresso no ensino superior, como cotas raciais e políticas de permanência, como o programa Afroatitude, políticas criadas no governo Lula e Dilma. Em momentos tão conturbados de alienação, conservadorismo e autoritarismo precisamos reconhecer as mudanças no perfil dos estudantes que estão hoje nas Universidades Públicas.

Quero agradecer a todos que conviveram comigo desde o momento que fui eliminado no Pas, passei no vestibular e apresentei o meu TCC. Foram os anos mais felizes da minha vida, sou contra essa ideia de que a universidade “suga nossa alma”. A todos que me acompanharam nos barzinhos, festinhas de quinta e amizades realizadas nos corredores da UNB, esses momentos foram fundamentais para viver não só o lado acadêmico Universidade, mas os de descontração também

Gostaria de dedicar esse trabalho de Conclusão de Curso a minha sobrinha Clarissa, na esperança que nós e as próximas gerações entendam a importância da História, de nos mostrar a perversidade que nós enquanto sociedade às vezes não queremos enxergar. Que vivemos em uma sociedade desigual e da mesma forma ela foi construída assim, ela deve ser desconstruída por um mundo mais igualitário.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o debate indígena durante a Independência do Brasil. Serão discutidos aspectos das disputas envolvendo os povos originários e a afirmação do Estado Independente. O artigo tem como foco a Província de Goiás, uma região distante da Coroa e com a presença de diversos grupos divergentes. Para isso foram utilizadas fontes documentais referentes ao Governador de Armas de Goiás da época, Raimundo José da Cunha Matos.

Palavras Chaves: Indígenas ; Independência; Goiás; Política; Identidade.

INTRODUÇÃO

O século XIX foi um período de grande transformação das estruturas do Brasil. Só neste período, o país experimentou as mudanças do regime colonial para se tornar sede da coroa, um país independente e constitucionalista. Também foi o momento do início do questionamento da escravidão e, de modo mais imediato, do tráfico internacional de escravos (MIRANDA:2020).

Um dos grandes acontecimentos deste século foi a independência, que mudou as estruturas da antiga América portuguesa transformando-a em um território autônomo. Este processo complexo visava garantir a adesão de todas as províncias, para não ocorrer a fragmentação da América Hispânica. Por isso, em meados de agosto de 1822 circulavam manifestos de D. Pedro I pedindo a adesão das províncias do Norte ao Sul e que as discussões políticas fossem centradas na "Independência" (MACHADO:2015). Isso não inibia outras questões que também eram pertinentes, como, por exemplo, quem seriam os "Brasileiros" e qual seria o lugar de outros povos presentes no território nacional, como os indígenas? Essa questão se faz central até os dias de hoje.

Durante muito tempo, a historiografia tratou as comunidades indígenas como subalternas na História do Brasil. Importantes autores do pensamento social brasileiro consideram que, após o período colonial, as comunidades indígenas existentes estavam miscigenadas ou dizimadas, restando poucos povos resistentes à dominação colonial (PRADO JÚNIOR: 1971, apud, MOREIRA: 2011). Contudo, é evidente que tal interpretação é um erro e, de acordo com pesquisas mais recentes, a "questão" indígena

estava viva e foi alvo de debates no contexto da emancipação do Brasil, principalmente no que se refere a temas como o direito à terra e ao grau de pertencimento dos povos originários na comunidade política que estava sendo construída (MOREIRA: 2011).

Em busca de acrescentar ao debate historiográfico sobre uma temática não tão explorada, o objetivo deste artigo é analisar a questão indígena durante a Independência, com foco na Província de Goiás, uma região também pouco estudada. Para realizar esse percurso, foram selecionadas fontes do Arquivo Histórico Estadual de Goiás e o “Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás” escrito por Raimundo José Cunha Matos, produzido a partir de suas viagens da Corte à província de Goiás.

A PROVÍNCIA DE GOIÁS E A ADESAO À INDEPENDÊNCIA.

As interpretações da história da província de Goiás no século XIX são marcadas pela noção de atraso. Um trabalho já clássico é o de Sérgio Paulo Moreyra (1973), que relacionou o mencionado atraso à distância geográfica interprovincial, que teria restringido o poder político aos grandes proprietários de terra e estabelecido relação de dependência e servidão sobre a população local. Além disso, a província se encontrava distante de outras partes importantes do Império, como o Rio de Janeiro, o que a deixava isolada. Esse fato corroborava para o entendimento da província como atrasada e estagnada socialmente.

André Roberto Machado (2015), em outra perspectiva, é contra a ideia de que as províncias estavam “ilhadas” em relação umas às outras, principalmente da Corte. O autor defende que as províncias tinham relações políticas e econômicas entre elas e criavam redes de influência. Neste sentido, o processo de independência de Goiás foi influenciado pelos acontecimentos das províncias do Pará e do Maranhão (2015, p.4). O afastamento geográfico da província do Goiás, portanto, não a colocava à margem de assuntos políticos da época.

A representação de Goiás como uma região pouco populosa é outra tese que marca a historiografia sobre Goiás. O já mencionado Moreyra (1973) afirma que a decadência na mineração e a falta de alternativas econômicas dispersaram a população ao longo do território da província no final do século XVIII. Além disso, o autor aponta uma grande diferença entre regiões da própria província, sendo a região Sul mais povoada e rica do que a Norte. A própria extensão territorial da província influenciava na dinâmica

do território e na ocupação heterogênea, tanto no que diz respeito à distribuição das vilas e povoados, quanto à presença de diferentes povos indígenas, cujas relações com o governo provincial se dava a partir de níveis de resistência às iniciativas colonizadoras. Tal heterogeneidade levou à organização de duas Comarcas, a do sul e a do norte, com a população ocidentalizada concentrada na primeira.

De fato, as distinções entre elas extrapolavam a questão da densidade demográfica. A primeira tinha relações próximas com as províncias do Norte, por terra e pelos rios, e sua experiência colonial foi marcada pela existência do Grão Pará e Maranhão, objetos de políticas específicas durante o período pombalino.

Segundo Hélio Franchini, essa experiência colonial desempenhou papel fundamental na resistência das províncias do Norte a aderirem à proposta de independência liderada por D. Pedro e buscaram manter laços com Lisboa. Em junho de 1822, ao receber documentos do Rio de Janeiro solicitando o envio de procuradores para aconselhar D. Pedro sobre as reformas que ocorreriam na América, a junta de governo de Belém escreveu à Lisboa para informar sobre o ocorrido e alegou ser contrária às propostas de D. Pedro, além de afirmar que os interesses da Província não eram os mesmos do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois, seria a vez de Belém receber ofícios de Mato Grosso e Goiás, ao propor auxílio mútuo na defesa e fidelidade à Lisboa (MACHADO:2015). Apesar da tentativa, as tropas enviadas por D. Pedro chegaram ao interior do continente, principalmente ao norte de Goiás, para garantir o alinhamento com a Corte do Rio de Janeiro (MACHADO:2015). Em 1823, a província do Grão Pará e a do Maranhão foram derrotadas na Guerra da Independência. A instabilidade da região, contudo, se manteve pelos primeiros anos do Brasil imperial, o que levou Raimundo José da Cunha Mattos, então governador de armas de Goiás, entre 1823 e 1826, a argumentar que esta província se constituía como a verdadeira fronteira do Brasil (RODRIGUES, 2008).

Como podemos ver, o processo de Independência não foi rápido e nem uniforme. Necessitava-se da adesão das províncias e seus representantes em um espaço tão vasto quanto o Brasil. Tal adesão se deu por alianças políticas ou pela força das armas e sua consolidação só ocorreria na década de 1840. A criação de um novo país exigia grandes esforços não apenas quanto à constituição de seu território, mas também quanto aos arranjos institucionais e a definição de povo, colocado no contexto do constitucionalismo como fonte de soberania. Assim, era preciso definir quem seriam os brasileiros e, por

consequente, qual o papel das populações indígenas. Veremos a seguir como ocorreu esse debate.

QUESTÃO INDÍGENA

Para entender o debate acerca dos indígenas, como observa Miranda (2020), é preciso entender o conceito de civilização e quais eram os interesses das elites brasileiras. A partir da vinda da família real em 1808, houve ênfase no desejo de transformar o Brasil em uma civilização moldada ao padrão europeu. Nesse sentido, para aquelas elites, as comunidades indígenas existentes eram um dos empecilhos da execução desse objetivo, pois elas transformaram o Brasil em uma terra de barbárie e selvageria.

Esse debate foi acentuado durante a construção do Estado, na Assembleia Constituinte de 1823. Paraiso (2011) aborda que o conceito de cidadania e o direito a exercê-la no século XIX estava relacionado àqueles que possuíam propriedades privadas e eram capazes de desenvolver atividades econômicas. A autora também cita que a construção do Estado-Nação foi resultante da promoção da unidade territorial e da imposição de uma cultura comum, o que tornou o Estado promotor de mecanismos de exclusão da diversidade étnica que era existente. Para a Assembleia Constituinte, as comunidades indígenas eram um problema, principalmente aquelas que se mostravam resistentes a se subordinar à dominação. De acordo com os debates, os direitos dos cidadãos estariam restritos aos indígenas incorporados à sociedade imperial. Apesar de serem nacionais, ou seja, terem nascido no Brasil, os indígenas considerados selvagens não participaram da comunidade política. Assim, os povos originários também ficariam excluídos dos direitos políticos e civis. Neste período, só tinham a garantia de direitos políticos os homens livres e com renda mínima de 100 mil-réis por ano. Também não participavam da sociedade civil, pois não aderiram à "causa da independência" e nem tinham a mesma cultura e valores "civilizados"(SONCINI:2013)

A partir disso, começa o questionamento de como "civilizar" os indígenas. Para os indígenas serem considerados pertencentes à nação era preciso renegar suas origens, ou seja, suas condições "barbáras", adotando os padrões da vida "civilizada". Aceitando também a autoridade do Império, participando do pacto social e se submetendo ao domínio do Estado (PARAISO:2011). Como isso não foi possível, houve alguns debates para tratar a questão dos indígenas, em três vertentes: "O que fazer?", "Como fazer" e "Onde fazer".

Durante a independência do Brasil necessitava-se tomar medidas para lidar com a situação em vista de assegurar a segurança nacional e a permanência da unidade, que sob um contexto de inexistência de uma política clara por parte da Assembleia Constituinte e dos primeiros anos imperiais, optou-se pela confirmação da legislação¹ anterior sobre o assunto. Lembremos que a validação das leis portuguesas foi uma das primeiras medidas da Assembleia Geral e Constituinte, em 1823. Para lidar com a situação, uma das medidas tomadas a partir de 1808, e que perdurou até 1831, foi a volta da guerra justa.

Como não havia um consenso para lidar com a situação, as categorizações dos indígenas transitavam entre “Mansos”, “Aldeados”, “Aliados” ou “Bravos”, “Errantes” e “inimigos” (PARAÍSO:2011). Sendo as últimas três categorias para aqueles indígenas que permaneceram no caminho das regiões de interesse ou representavam alguma ameaça aos colonos e colocavam em risco o projeto de desenvolvimento e a soberania nacional (SONCINI:2013).

De forma genérica, os indígenas poderiam ser considerados “bravos” e “domésticos” pelo governo. A partir disso, se poderia optar por métodos brandos² para aqueles que poderiam ser “civilizados” e métodos violentos para aqueles que resistiam. A localidade também influenciava, porque se fosse em uma região que ameaçava os interesses da elite ou do governo, a questão teria um tratamento mais imediato, enquanto em uma região longínqua, poderiam não chamar atenção por um certo tempo.

Aquela categorização genérica, obviamente não absorvia a diversidade dos povos originários do Brasil. No cotidiano, as ações junto a tais populações eram orientadas também pela experiência histórica da administração portuguesa e brasileira. O ponto crucial para que se possa entender as atitudes contra as populações indígenas do século XIX, portanto, é compreender que elas não eram uniformes e nem destinadas para todo o Estado. Poderia variar de acordo com interesses das elites em torno das comunidades indígenas, e poderia também mudar ao longo do tempo, a depender da localidade (PARAÍSO:2011). Tal condição fazia a posição dos indígenas permeiam ora como aliados, ora como inimigos, sendo eles incorporados ou aniquilados (SONCINI:2013).

¹ O Diretório Pombalino (1757), que orientava a administração de aldeamentos consolidados, a Carta Régia de 1798, ordenadora dos mecanismos de atração e aldeamento dos grupos indígenas definidos pelos colonos como mansos e desejosos de aceitarem a administração dos proprietários de terras, e as Cartas Régias de 1808 e 1809, que decretavam Guerra Justa a alguns povos que ocupavam áreas de fronteira econômica e que opunham resistência à conquista.

² **Moreira (2011)** aponta que para ações brandas seriam a criação de novos e ativações de antigos aldeamentos, que incorporariam os indígenas à sociedade através do trabalho, religião, assimilação e convivência com colonos.

A ausência de leis indigenistas nos primeiros anos do Império não significou a falta de debate sobre o tema. Para José Bonifácio, importante ator político luso do período, em representação apresentada à Assembléia Constituinte de 1823, defendeu que o projeto de criação do “cidadão” brasileiro deveria vir por meio da miscigenação, que no futuro sustentaria a homogeneidade política e tornaria o projeto nacional viável (ARAUJO:2006). A miscigenação deveria ser acompanhada, ainda segundo Bonifácio, pela educação, força capaz de transformar a sociedade, sem o uso de medidas de aniquilação ou escravidão (PARAISO:2011).

Como observa Miranda (2020), por essas medidas, esperava-se que o trabalho ou catequização fosse conduzi-los:

Desse ideal de selvageria é que são criados os projetos de “catequese e civilização” dos nativos, que ocorreriam dentro e fora dos aldeamentos, ao objetivar ensinar aos indígenas a ler, escrever e a contar, bem como ofícios e artes mecânicas. Deveriam ser guiados no trabalho constante e voltado ao comércio, tendo a sua mão de obra orientada, ou mesmo disponibilizada, aos fazendeiros pelos diretores de índios, presentes nos aldeamentos. (MIRANDA, 2020, p. 34)

Outro autor contrário aos métodos “violentos” foi Januário da Cunha Barbosa. Como mostra Barboza (2021), em análise aos textos e documentos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), concluiu-se que o instituto buscava incluir os indígenas na história nacional e incorporá-los à sociedade. Para o autor, a principal atitude deveria ser tomada pela criação de catequeses e a utilização da não violência para com os indígenas (BARBOZA:2021). Para ele, o contato com a cultura branca, a imposição da educação para os filhos dos indígenas, e a miscigenação seriam fatores capazes de acelerar a incorporação e civilização dos grupos étnicos no Brasil, sendo uma missão dada às pessoas brancas (BARBOZA:2021).

Um outro ponto crucial defendido pelo autor era o de olhar para o problema em sua realidade. No imaginário cultural, foi criado a visão romantizada do “herói da nação”, sendo o indígena símbolo da nação brasileira, mas sob uma caricatura europeizada (Ferreira Junior apud Miranda, 2020, p.34). Entretanto, para o historiador, era preciso olhar para os indígenas não como fundadores da nação, e sim como um problema a ser solucionado. Sendo eles tidos como “preguiçosos, vivendo em estado de vadiagem e que ameaçavam a integridade do estado-nação” (BARBOZA: 2021).

Os meios necessários para a solução do problema eram, entretanto, contraditórias. Segundo o religioso, a inclusão dos indígenas poderia ser realizada de forma

compulsória, com a escravidão, ou por outros métodos de assimilação ligados ao trabalho e à religião. Ao se pensar na extensão territorial e no desenvolvimento econômico, havia o debate no século XIX de pôr fim a utilização de mão de obra africana e uma das alternativas defendidas era a escravização dos indígenas.

Os defensores da escravização indígena defendiam que “civilidade” era algo atrelado ao trabalho. Desta forma, o trabalho escravo poderia ser visto como um “mal necessário”³, imbuído de princípio “pedagógico” e, por isso, apresentado como um ato “humanista e civilizatório” (MIRANDA:2020). Além disso, era defendido que houvesse escravização em espaços específicos do território nacional, como nas fronteiras e zonas de conquistas (PARAÍSO:2011).

Para a execução de tal proposta, era necessária a manutenção do estado de guerra, para que fosse possível transformar os povos indígenas em prisioneiros de guerra e, assim, os indígenas fossem direcionados ao trabalho por seus detentores, favorecendo os projetos de desenvolvimento de seus donos e, conseqüentemente, do Estado. Não era um consenso as questões referentes à escravização dos indígenas, uma vez que a escravidão era destinada aos pecadores, uma categoria que não os incluíam. (PARAÍSO:2011).

Em vista do contexto de afirmação do Estado-Nação e contestação das mão-de-obra africanas, os indígenas foram vestidos como possíveis trabalhadores, colonos e, futuramente, cidadãos. Sendo o trabalho o meio necessário, capaz de tirá-los da situação de “selvageria” e torná-los “civilizados”. Por mais que houvesse discussões de como realizar tais medidas, o uso da força não foi questionado pela sociedade, sendo ela conivente com a política do Estado⁴, ora de aniquilação, ora de omissão (PARAISO:2011).

Como discutido, havia diversas formas para lidar com a situação pelo poder dominante. Optou-se pelo mantimento das legislações vigentes do período pré-independência nos primeiros anos do Império. E o fato de não haver uma legislação nova configura-se como um posicionamento. A omissão do governo imperial em leis claras e competentes para a questão indigenista permitiu a manutenção para colonos e bandeirantes em algumas situações lidarem com a situação. Da mesma forma que abriu

³ Paraiso, 2011.

⁴ Como dito com a institucionalização da Guerra Justa, foi legitimada a perseguição e aniquilação de diferentes comunidades indígenas. Quando não aplicado o mecanismo, o Estado se fez omisso na garantia da permanência de indígenas em suas terras.

brechas para a negociação entre indígenas e grupos de aldeamentos, como será abordado melhor no caso da província de Goiás.

INDÍGENAS EM GOIÁS

As políticas indígenas do século XVIII e início do século XIX, variam entre criação de aldeamentos para aqueles que aderiram ao modo de vida do colonizador e aniquilação, para aqueles que se mostraram resistentes.

Em Goiás no período colonial, houve o desenvolvimento da mineração com mais intensidade, o que fez dos possíveis ataques por parte dos indígenas às minas ou às cidades em volta dessas atividades a maior preocupação do governo luso em relação àquela população (KARASCH:1992). Posteriormente, com a decadência da mineração, a política do governo foi de povoar a província com o desenvolvimento da agricultura. Foi utilizado a mão de obra indígena, de forma escrava, nesse processo (KARASCH, 1992. p.397).

Nesse primeiro momento, a violência era extrema contra os indígenas. Os bandeirantes de São Paulo exploravam os povos Goiás e Crixás na região sul e, no norte, jesuítas, vindos de Belém, exploravam a região próxima ao rio Tocantins. Já os missionários tentavam cristianizar grupos não-assimilados, com batismos e catequeses (KARASCH:1992).

Estar sobre os cuidados desses missionários poderia possibilitar certo período de trégua, como ocorreu com indígenas do norte da província, que requereram o missionários para suas comunidades, como forma de proteção contra a escravização de colonos e fazendeiros da região (KARASCH:1992).

Percebe-se que os indígenas, neste caso, não são meros passivos na política indigenista. Ao “aceitarem” o aldeamento, criavam condições legais de demarcação de seu território e a possibilidade de dar continuidade a seus modos de vidas, longe dos bandeirantes e da carnificina que ocorria.

Em análise da política indigenista em Goiás, Mary Karasch (1992) aponta a contradição envolvendo a província. Da mesma forma que havia o desejo de tornar indígenas em “filhos” do Estado e da Igreja, as milícias locais, bandeirantes e colonos armados promoviam a limpeza de "feras" e escravizavam suas mulheres e filhos.

Na província de Goiás, a primeira aldeia fundada foi São Francisco Xavier, em 1751, com cerca de 600 Xacriabá, perto das margens do Rio Formiga. Em 1752, foi

fundada a São José do Duro, no leste do Rio Tocantins, com os povos Gueguê e Akroá. Entretanto, essa aldeia não perdurou muito pois houve rebelião em 1757, com a fuga em massa dos indígenas, alegando que o administrador os tratava como escravos e os obrigava a viver em senzalas (KARASCH:2017).

Uma das formas vistas de controle dos indígenas era de criação de aldeias pelo sistema do Diretório dos Índios (1757-1798), eram aldeias fundadas pelos governadores de Goiás com o intuito de cristianizar e civilizar, “indígenas pacíficos”, que aceitaram a proteção do governador em troca de acabarem com as lutas e se tornaram vassalos da coroa. Sua principal função era transformar os indígenas em agricultores sedentários. (KARASCH:2017).

É importante perceber que nessa relação de aldeamentos existem diversos fatores que os levaram a aceitar a situação. Para além da relação dominado e dominante, quando não resistência ativa, havia circunstâncias de sobrevivência que os levavam a aceitar o sistema, como já dito. Uma das hipóteses apresentada por Karasch é a intensa falta de chuvas na região entre 1778-1780, por isso indígenas Kayapó foram um dos aldeados.

Entretanto, essas aldeias não se mantiveram por muito tempo. Por mais que os indígenas fossem transferidos para esses espaços, não havia garantia que fossem aderir ao modo de vida imposto e nem sua permanência na região (KARASCH:2017). Nas narrativas de Johann E. Pohl (1976) e Auguste Saint-Hilaire (1975), percebe-se que os Kayapó que aceitaram o aldeamento não viviam de fato na aldeia. Viviam em suas casas ao lado das aldeias, em casas construídas por eles mesmos e tinham suas próprias lavouras (KARASCH:2017).

A política indigenista em Goiás de tentativa de aldeamento não foi tão produtiva. Karasch (1992), mostra que o governo teria problemas econômicos para implementá-las. Isso ocorreu, por exemplo, quando o governo apresentou sua preocupação com os cofres da província caso 3 mil Xavantes aceitassem os aldeamentos, como já dito, motivados pela seca que estava ocorrendo. Além disso, alguns indígenas não se mantiveram na aldeias, havia reclamações de fugas e roubos de armamentos dado a eles.

Em Goiás devido ao fracasso da mineração, a nova atividade pecuária na região, atraiu colonos que expulsaram indígenas não assimilados das suas terras, matando e escravizando a população (KARASCH:1992).

Como discutido, o governo imperial não estava tão interessado em financiar a conversão de indígenas, e sim na utilização da possível mão de obra indígena do século XIX. Por isso, com a Independência, a principal preocupação do governo era o fator

econômico, transformar os indígenas em trabalhadores agrícolas, simbolizada pela colocação dos índios sob a jurisdição do Ministério da Agricultura (KARASCH:1992).

Essa tentativa de torná-los trabalhadores do Império, contudo, não foi tão próspera. Para a política de assimilação, não havia condições favoráveis. A falta de colonos e mineiros luso-brasileiros na província de Goiás, decorrentes do fracasso das cidades mineiras, não permitia que indígenas assimilassem suas culturas à dos colonos, mantendo assim seu modo de vida. Além disso, a maioria da população era mestiça, faltando, assim, portugueses “de boa qualidade” (KARASCH:1992).

Ocorreram também grandes resistências indígenas, principalmente ao norte, contra colonos e fazendeiros. Com isso e a vinda da família real para o Brasil, a política de persuasão e aldeamento foram substituídas pela ofensiva, legalizada por cartas régias. Como observado na Carta Régia de 5 de Setembro de 1811: “será indispensável usar contra ella da força armada; sendo este também o meio de que se deve lançar mão para conter e repelir as nações Apinagé, Chavante, Cherente e Canoeiro”.

Pela primeira vez desde as reformas pombalinas de 1755, o governo permitiu que fosse travada guerras contra comunidades indígenas que se mostrassem hostil, e fossem utilizadas de sua mão de obra de forma escrava (KARASCH:1992). Foram construídos presídios e organizada expedições para esses feitos, principalmente aos leito do rio Tocantins, essas construções eram precárias e os soldados eram mal equipados e não davam conta de perseguir os indígenas, que se escondiam mata adentro. A efetividade de tais ações, contudo, foi baixa em Goiás em decorrência da extensão territorial e da falta de prioridade por parte do governo imperial (KARASCH:1992).

Como visto ao longo desta parte, as condições de contato, agressões e resistências das tribos indígenas em Goiás, assim, variavam de acordo com as relações e circunstâncias da província de Goiás, entre o século XVIII e XIX. Havia diferença entre o sul e o norte, tanto para os colonos e também na guerra contra os indígenas. Foi possível observar o interesse do governo e colonos na utilização dos indígenas em trabalhadores de suas terras, ficando em segundo plano a “conversão”.

Nessa análise também é possível perceber que houve resistência indígena durante diversos anos, sendo uma ameaça ao plano político latifundiário no Brasil. Além disso, a adesão de povos indígenas aos aldeamentos não deve ser vista apenas sob a ótica do vencido. Em circunstâncias de secas, epidemias e perseguição, aceitar o aldeamento poderia significar perpetuar as suas culturas e ainda ter reconhecido pelo Estado.

A pouca efetividade das ações governamentais em Goiás em relação aos indígenas também decorreu da falta de recursos ou de interesse em realizar a manutenção das aldeias e postos de controle, como em alguns casos nem os indígenas aderiram de forma completa à cultura dos colonos.

Embora houvesse certo desinteresse em controle das comunidades indígenas em Goiás, houve uma figura que durante os primeiros anos do Império procurou diagnosticar os problemas na província, principalmente ligados a emancipação do Norte e temática indígena: Raimundo José da Cunha Matos, que ocupou o cargo de Governador das Armas entre 1823 e 1826.

CUNHA MATOS

Cunha Matos chegou ao Goiás em 1823 para servir como Governador de Armas. Cargo que tinha como função zelar pela disciplina e preservar a aplicação da justiça nos assuntos militares (RODRIGUES: 2008). Para tomar posse, o governador era indicado pela Corte, o que se diferenciava das Juntas Provisórias das províncias, que eram compostas por membros eleitos entre os cidadãos competentes e comprometidos com a causa constitucional.

A partir de sua viagem para a posse como Governador de Armas em Goiás, saindo da cidade do Rio de Janeiro, escreveu um itinerário descrevendo as paisagens físicas, a flora e a fauna do percurso. Também foi uma espécie de “diário de viagem” e abordou o cotidiano da travessia dos sertões goianos, descrevendo as pessoas que os recebia e sua opinião sobre intrigas e ambições da população goiana que encontrava. Uma província, como aqui já mencionado, que havia conflitos de interesses múltiplos e certos descontentamentos com o governo Imperial, principalmente vindas do Norte.

Com isso, ao tomar posse como governador em uma cerimônia no palácio do conde dos Arcos na Vila Boa, Cunha Matos jurou sua fidelidade ao Imperador, à constituição que estava sendo elaborada e à província de Goiás. Durante seu período como governador de armas ele enfrentou dificuldades de aceitação por parte dos membros da Juntas. Isso ocorreu, em certa medida, porque Cunha Matos interveio em assuntos que iam além das atribuições do Governador de Armas. Para ele era importante ser reconhecido como súdito do Imperador e, principalmente, como um súdito que aderiu à causa do Brasil a despeito de ter nascido em Portugal. Por isso ele viu a possibilidade

de resolver certos problemas na Província como estratégia de reconhecimento (RODRIGUES, 2008).

Um dos problemas da província era a já mencionada proximidade da Comarca do Norte com a Província do Grão Pará e a província do Maranhão, que aos seus olhos, ainda não haviam aderido de forma completa à Independência projetada pelo imperador. Para o governador de armas, os rios constituíram possível rota para portugueses entrarem na região centro-sul do país. Um segundo problema visto pelo governador era a falta de preparo das tropas relativa à capacitação e investimento. Além disso, chamou atenção do então Governador de Armas, a desinformação que se tinha dos inimigos do Império que ameaçavam a província, em relação ao quantitativo e a posição que estavam (RODRIGUES: 2008).

Dessa forma, percebe-se que os principais problemas estavam ligados à falta de controle e desinformação. Para Cunha Matos, a vigilância era fundamental para a consolidação do Império Brasileiro. Uma das formas solucionar seria a criação de laços identitários que permitiriam o controle dos povos existentes no Brasil, inclusive de povos indígenas. Desse modo, Cunha Matos inicia uma peregrinação por dentro da Província para recolher informações sobre a qualidade das tropas e questões ambíguas de Goiás, além de fazer o novo governo presente nos rincões da província.

Acerca da temática indígena, é possível perceber pelas correspondências recebidas por ele no desempenho de suas funções como comandante militar da província e pela leitura de seu livro, que, em Goiás, o tratamento aos indígenas não era diferente como nas outras partes do Império. Podendo perceber sua categorização entre Aliados ou Inimigos.

No ofício nº15, enviado no dia 03 de Julho de 1823 pela Junta de Governo a Cunha Matos, encontramos a informação de que há certo tempo os indígenas da Comarca Sul não representavam a ameaça à Junta de Governo e que eventuais conflitos ocorriam quando eles eram maltratados ou abandonados. Quanto ao norte, a Junta solicitou o envio de dois missionários para as margens do Araguaia e Tocantins como forma de “civilizar” comunidades indígenas da região. A região do Tocantins ainda não era pacífica, de acordo com o ofício, tanto que havia tido ataque recente de “selvagens”, chegando a matar um escravo em propriedade da região. Por outro lado, a carta de 28 de Setembro de 1823 recebida por Cunha Mattos narra o combate entre forças inimigas do Maranhão, que entraram em Goiás perto da cachoeira de Santo Antônio no rio Tocantins, e

moradores de Pasto Bons, auxiliados por 500 indígenas apinajés⁵ das aldeias Carolina e Santo Antônio.

Se no já mencionado ofício nº15 os membros da Junta salientam a ideia de método civilizatório com o envio de missionários, prática utilizada para indígenas que se mostrassem “mansos”, os ofícios do dia 31 de Julho de 1823 e 2 de Outubro de 1823 pedem munição para combate de indígenas, principalmente no Norte. Portanto, de acordo com as normativas e práticas de então, o envio de armamento e de munição tinha por objetivo enfrentar indígenas considerados inimigos da unidade nacional.

Para além do tratamento aos indígenas, esses ofícios nos mostram a dependência de recursos para aplicação da "política" estatal diante do indígena, fosse pela catequização, fosse pelo aniquilamento. Uma questão já levantada neste artigo, foi a falta de orçamento⁶ ou desinteresse do governo de iniciar ou realizar a manutenção dessas atividades. O que implica no sucesso do processo de "civilizar" ou de aniquilar os povos indígenas.

Como o processo de civilização era uma atividade contínua e que demandava atenção do governo, em uma região extensa como a província de Goiás esses fatores atuavam para o fracasso nos aldeamentos. Cunha Matos nos traz alguns desses casos em seu relato. Segundo ele, em 28 de Junho de 1824, e no arraial do Pontal, deparou-se com um local “esquecido” pelo Governo. A população local se encontrava reduzida e em parte adoecida e as estradas para o arraial estavam precárias, em decorrência das intensas investidas de indígenas. Em seguida, Cunha Matos se deslocou para o arraial Porto Real, onde foi recebido por 17 mulheres e 13 meninos xerentes, que pediram para serem aldeados em uma tentativa de paz. A princípio, Cunha Matos descreve não confiar no grupo e no seu desejo de se tornarem colonos, pensando serem espíões.

O grupo é seguido por mais 71 homens indígenas. Todos os indígenas estavam completamente nus, também são descritos como robustos, de peitos largos com coroas como de clérigos na cabeça. Carregavam arcos, flechas, virotões e alguns mantimentos. O governador ordenou que dessem de comer, para logo depois serem abrigados aos arredores (MATOS, 2004, p.198). Como dito, o grupo ainda não era de confiança para o

⁵Interessante notar que é o mesmo grupo étnico que carta régia de 5 de Setembro de 1811 eram declarados inimigos e legalizava a guerra justa contra eles.

⁶Inclusive questões econômicas foram um dos motivos do conflito entre Cunha Matos e a Junta de Governo. O então governador de armas realizou um empréstimo de 12 mil cruzados para o pagamento de tropas que estavam atrasadas em direção ao Norte. A Junta concordava com a marcha para o Norte, mas alegavam ser uma expedição muito cara para a província, o que acirrava os conflitos entre governador de armas e junta de governo (RODRIGUES: 2008).

governador, tanto que os abrigou, mas deixou alguns soldados preparados para qualquer eventualidade.

Ao amanhecer, Cunha Matos pediu que fossem reunidos os indígenas para avaliação e, em especial, solicitou que um grupo de guerreiros se posicionarem de modo a poder avaliar suas habilidades militares. Foi ordenado exercícios de fogos pela Tropa da Linha, com milicianos indisciplinados como caçadores. O governador de armas relata que os indígenas ficaram amedrontados quando viram cavalos pela primeira vez. Além disso, o guerreiro que tinha como o mais valente, se abaixou com medo do primeiro tiro de arma de fogo. Em seguida, foi pedido que realizassem uma atividade de ataque e defesa, os indígenas se dividiram em dois grupos, nesse momento de alguma forma eles mudaram suas expressões faciais de tal modo que davam medo aos soldados de Cunha Matos.

Em seguida foi avaliado os seus talentos com Arcos e Flechas, nesse momento dos 71 guerreiros, apenas 4 erraram de primeira o seu alvo, a uma distância de 100 passos. O que Cunha Matos estava realizando não era simplesmente por curiosidade, ele pretendia conhecer as habilidades indígenas, para conhecer aqueles que poderiam tanto vir a ser inimigos quanto aliados, não lhe faltando a vontade de afirmar a superioridade do colonizador. Após o exercício com arco e flecha, foi pedido que o chefe indígena escolhesse o guerreiro com melhor habilidade e com o melhor arco e flecha e que ele mostrasse suas habilidades. Depois foi pedido que um soldado atirasse como arma de fogo em direção ao mesmo alvo que o indígena tinha usado, como forma de intimidação. Cunha Matos alertou os indígenas que eles, povo branco, tinham armas capazes de atirar a longa distância, e que só não mostravam porque amedrontava o indígena. O próprio governador de armas admite que aumentou as histórias sobre o poderio militar dos colonizadores, de forma que os indígenas tivessem mais medo dos brancos (MATOS, 2004, p.199).

À tarde, o governador deu ordem para ser erguido uma aldeia para esse grupo indígena, sobre o rio Tocantins, perto da foz do rio Taquaruçu. Foram indicados 3 soldados e foram aconselhados a administrar o local. A aldeia foi intitulada “Graciosa”, como homenagem à filha de Cunha de Matos, Gracia Hermelinda da Cunha Matos. Foram distribuídas peças de ferramentas, roupas e mantimentos para os indígenas. Em seguida, Cunha Matos continuou sua viagem pela província de Goiás.

Como mostrado neste artigo não é porque um grupo era aldeado que se tornaram súditos do Império. E muito menos que não é porque era criada uma aldeia, que haveria a

manutenção dela por parte do Estado. Em 1829 os indígenas da aldeia Graciosa cometeram muitas hostilidades. O periódico Matutina Meia Pontese culpou Cunha Matos por estar no Rio de Janeiro desde 1826. Já Cunha Matos se defende, dizendo que era responsabilidade do governo cuidar das aldeias e que foram abandonadas pelo mesmo.

CONCLUSÃO

Após analisar a questão indígena em Goiás, percebe-se que a província não estava isolada de outras no tratamento do conflito indígena. O que contribui para entendermos que não era uma província isolada, desértica e governada de forma autônoma. Como foi exposto, o tratamento aos indígenas não era uniforme, podendo ser de forma mais violenta ou mais “brando”, essa variação dependia da localidade e qual o grau de ameaça a comunidade indígena se mostrava aos interesses da elite. Sendo assim os indígenas transitavam entre duas categorias “mansos”, que poderiam ser “civilizados” e “bravos”, que combatiam os colonos.

Durante a independência, podemos analisar que a questão indígenas estava aberta entre os constituintes, uma vez que o novo império deveria definir quem são seus súditos. Dessa forma, o governo priorizou manter as legislações vigentes para o combate com as cartas régias ou de aldeamentos. Na Província de Goiás podemos perceber, utilizando a percepção de Cunha Matos, que a província estava despreparada militarmente, inclusive para combater indígenas que se mostraram hostis. Nesse caso podemos inferir que havia também certo desinteresse na manutenção de aldeias, o que implicava no “processo civilizatório” contínuo de transformar indígenas em súditos do império.

Em relação aos povos originários deve-se ter atenção para além da relação dominante e dominada. Como exposto tiveram diversos fatores que levaram os indígenas a aceitar o aldeamento, sendo que nem sempre era realizado de forma completa. Havendo situações em que indígenas analisavam os seus benefícios nesse processo. Pode-se concluir que havia/há diversas formas de resistência ao poder colonial. Também deve-se mencionar que a resistência dos povos originários se mantém até os dias de hoje.

BIBLIOGRAFIA:

ARAUJO, Valdei Lopes de. **Como Transformar Portugueses em Brasileiros: José Bonifácio de Andrade e Silva**. Intellèctus, v. 5, n. 1, 2006.

BARBOZA, Maria José. **Escravidão e mão de obra indígena no Império Brasileiro**. Revista de Ciências Humanas Caeté, v. 3, n. 1, p. 122-135, 2021.

FRANCHINI, Neto, Hélio. "Conclusão". In: **Independência e morte. Política e Guerra na Emancipação do Brasil 1821-1823**. Topbooks: Rio de Janeiro, 2019

KARASCH, Mary. **Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889**. História dos índios no Brasil, v. 2, p. 397-412, 1992.

KARASCH, Mary. **Índios aldeados: um perfil demográfico da Capitania de Goiás (1755-1835)**. Habitus, v. 15, n. 1, p. 21-38, 2017.

VIEIRA, Martha Victor. **Disputas Políticas e Crise de Autoridade em Goiás: A Adesão das Elites Dirigentes Goianas à Independência do Brasil (1821-1822)**. Revista Crítica Histórica, v. 4, n. 8, 2013.

MACHADO, ANDRÉ ROBERTO DE ARRUDA. **Para além das fronteiras do Grão-Pará: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825)**. Outros Tempos–Pesquisa em Foco-História, v. 12, n. 20, 2015.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás. **Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins**, p. 53-63, 2004.

MOREIRA, Vânia. **"Indianidade, territorialidade e cidadania no período pós-independência-Vila de Itaguaí, 1822-1836."** *Diálogos Latinoamericanos* 18 (2011): 1-17.

MOREYRA, Sérgio Paulo. **A independência em Goiás**. Revista de História, v. 46, n. 94, p. 459-486, 1973.

MIRANDA, Gabrielly Bononi. **O conceito de civilização e a política indigenista do século XIX**. Epígrafe, v. 9, n. 1, p. 32-55, 2020.

PARAISO, B.; HILDA, Maria. Construindo o Estado da Exclusão: Os índios brasileiros e a construção de 1824. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica* (ISSN 0102-9487), n. 28.2, 2011.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. **Nos caminhos do Império: a trajetória de Raimundo José da Cunha Mattos**. Tese de Doutorado: UnB, 2008.

SONCINI, Luana. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. Perseu: História, Memória e Política, n. 09, 2013.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

“Eu, Everaudo Lacerda Lopes Filho, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado Problemas e soluções: indígenas na Província de Goiás e a construção do Brasil independente. Foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”